OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU

Nº620
De 01 a 15
de setembro
Ano 23

R$2 | (11) 9.4101-1917 | PSTU Nacional | www.pstu.org.br | @pstu | Portal do PSTU | @pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional

7 DE SETEMBRO

FORA BOLSONARO

E A RECOLONIZAÇÃO IMPERIALISTA

DITADURA NUNCA MAIS!



PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE > DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE



“Não adianta ficar chorando”



O Ministro da Economia **Paulo Guedes**, sobre mais um aumento na conta de luz (26/11)

MOTORISTAS DE APLICATIVO

Bolsonaro desemprega até desempregados

Para muita gente que perdeu o emprego, se tornar motorista de aplicativo virou um bote de salvação pra sustentar a casa e a família. No entanto, os sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis estão inviabilizando essa alternativa. Com a gasolina acima R$ 7, muitos motoristas desistiram dos aplicativos. A Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp) diz que, desde o início de 2020, cerca de 25% dos motoristas de aplicativo deixaram de trabalhar para a plataforma. Além disso, os aplicativos pagam muito pouco aos motoristas, e não reajustam os repasses. Aqueles e aquelas que seguem trabalhando nos aplicativos estão evitando pegar longas corridas, quando o gasto com combustível é maior. Outros relatam depressão, ansiedade e medo de não conseguir pagar as contas no final do mês. Bolsonaro desemprega até os desempregados...



CRICIÚMA

LGBTfobia do prefeito

Um professor da disciplina de Artes da cidade de Criciúma (SC) exibiu para sua turma do 9º ano o videoclipe “Etérea”, produzido pelo cantor Criolo. O clipe convida as pessoas ao diálogo sobre questões relacionadas à sexualidade e à corporeidade, a olharem os corpos de cada ser, dentro da sua singularidade e que, lindamente, formam a sociedade que temos. Por conta disto, o professor recebeu uma enxurrada de críticas lgbtfóbicas e retrógradas, tendo como destaque a fala do Prefeito Clésio Salvaro (PSDB) que, em um vídeo publicado em suas redes sociais, se expressou da seguinte forma: “Esta viadagem na sala de aula, nós não concordamos”. Não é a primeira fala com pesado teor LGBTfóbico vinda do prefeito. No dia 29, foi realizado um ato em repúdio ao prefeito e em solidariedade ao professor.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.
CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPOSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA **WhatsApp**

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



7 de Setembro: Botar pra fora Bolsonaro, deter a boiada e a recolonização imperialista



O Brasil chega ao 7 de setembro deste ano com manifestações pró-ditadura promovidas pela ultradireita e um profundo processo de decadência, com ataques cada vez maiores à soberania e uma verdadeira desconstrução do país para assegurar a entrega das riquezas a banqueiros, especuladores internacionais e monopólios imperialistas.

Já nascemos dependentes. Primeiro, com uma independência através de um acordo por cima, mantendo a monarquia e a escravidão e assumindo uma dívida "eterna" da coroa portuguesa com a Inglaterra.

199 anos depois, continuamos não apenas subordinados, como estamos regredindo, com os trabalhadores e o povo pobre pagando pelos efeitos da espoliação e da rapinagem imperialista. Espoliação que promove a desnacionalização, privatizações, destruição e regressão da capacidade tecnológica e produtiva do país, além de ataques à soberania e ao meio ambiente.

Junto a isso, aumentam o desemprego, a superexploração dos trabalhadores , o arrocho salarial, a quebradeira dos pequenos negócios, a carestia, o desmantelamento da saúde e da educação públicas e de todos os serviços públicos, com os sucessivos cortes de verbas sociais para garantir mais dinheiro a fim de remunerar os títulos desse roubo fraudulento que é a dívida pública.

Uma situação que deve piorar ainda mais com a boiada que o governo e o Congresso Nacional estão passando sobre os nossos direitos, como na Medida Provisória 1045, que impõe uma nova Reforma Trabalhista e condena a juventude ao trabalho precário. E todos os ataques contra o patrimônio nacional, o meio ambiente e os povos indígenas.

UMA INDEPENDÊNCIA DE VERDADE E UM PROJETO SOCIALISTA

É preciso lutar para impedir o projeto autoritário de Bolsonaro, que visa acabar, ainda, até mesmo com o nosso direito de lutar. Os demais projetos capitalistas, porém, não detêm a boiada e a rapina no país.

Para defender a soberania, emprego, salário, terra, moradia, saúde e educação, o meio ambiente e os setores oprimidos é preciso derrotar os capitalistas bilionários, um punhado de gente, que representa menos de 1%, que fica com toda a riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Do alfinete ao avião, tudo é produzido pelos trabalhadores e trabalhadoras, mas só uma ínfima parte é dada a eles como salário; outra pequena parte, o capitalista paga em impostos (quando não os sonega), e mesmo isso volta pro bolso deles, na forma da fraudulenta dívida que leva metade de tudo o que o país arrecada.

Sem falar nas privatizações que também causam um duplo ou triplo prejuízo ao país, aos trabalhadores e pequenos proprietários. Basta ver o exemplo da Petrobras, que impõe, aqui, um aumento absurdo da gasolina e do gás de cozinha para remunerar meia dúzia de investidores internacionais. Ou dos Correios, uma empresa construída com o nosso trabalho e recursos e que, agora, está sendo entregue ao capital estrangeiro. Ou, ainda, da Eletrobras, cuja privatização vai se transformar em contas mais caras e apagão.

É preciso acabar com essa farra. Suspender o pagamento da dívida e usar 100% do orçamento para gerar empregos e universalizar o acesso ao saneamento básico (público e estatal) e à moradia, além de garantir educação e saúde pública e gratuita sob o controle dos trabalhadores.

Também é necessário revogar as reformas da Previdência e Trabalhista, retomando nossos direitos roubados pelos últimos governos. Além de reestatizar empresas como a Embraer, a Vale, a Telebrás e nacionalizar o sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores, proibindo a remessa de lucros.

É necessário, também, atacar os lucros e as grandes propriedades, taxando em 50% as grandes fortunas dos super-ricos, assim como os lucros e dividendos dos grandes acionistas das 250 maiores empresas do país. Como também estatizar, sem indenização e sob controle operário, grandes empresas que insistirem em demitir e fechar, como fez a Ford.

Para defender e lutar por esse programa, os trabalhadores e o povo pobre, junto com os setores oprimidos e a juventude, não podem ficar subordinados aos interesses dos bilionários, sanguessugas das riquezas do Brasil e de nossa classe. Por isso, não podemos colocar a classe trabalhadora a reboque dos interesses da burguesia e do capitalismo, como defendem o PT e a candidatura Lula, apoiada pela maioria do PSOL.

É preciso sim unir a classe trabalhadora e será na luta, impondo um governo socialista dos trabalhadores, sem banqueiros, latifundiários e corruptos, que poderemos aplicar um programa como este.

Para defender este programa e esta estratégia, está colocada a necessidade da construção de um polo socialista e revolucionário, que defenda a independência da classe e um projeto socialista que garanta soberania, emprego, terra e o fim de toda exploração e opressão. O PSTU, ao lado de muitos lutadores, colocará seus esforços neste sentido e convida a todos os ativistas a se somarem conosco nesta batalha.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3T4J96Y

MP 1045

Medida passa boiada nos direitos e legaliza trabalho precarizado

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

A Medida Provisória (MP) 1045, aprovada a toque de caixa na Câmara Federal e, agora, em debate no Senado, é um brutal ataque a direitos históricos da classe trabalhadora e legaliza o trabalho precarizado. Tudo isso para seguir garantindo o lucro dos empresários.

A MP 1045 foi apresentada como uma reedição do "Programa Emergencial de Emprego e Renda" (MP 936), lançado no início da pandemia e que permitia reduzir os salários e a jornada de trabalho enquanto durasse a crise sanitária. Agora, vem numa versão piorada. A redução salarial permitida apenas durante a calamidade sanitária, agora, poderá ser empregada a qualquer momento.

Ela estabelece a criação de três programas que legalizam regimes de contratação extremamente precários: o "Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva" (Requip), o "Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego" (Priore) e o "Trabalho Voluntário".

Os programas criam os trabalhadores de "segunda categoria", sem os direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como férias remuneradas, 13º salário, aposentadoria, seguro-desemprego e auxílio-doença, dentre outros.

MOVIMENTO "CADUCA, MP 1045"

As centrais sindicais lançaram a campanha "Caduca, MP 1045", como parte da pressão que está sendo feita sobre os senadores. "É preciso barrar a votação dessa Medida Provisória, que representa um retrocesso nos direitos trabalhistas. Caso não seja votada até o dia 9 de setembro, a MP perderá a validade e os direitos estarão a salvo. Mas, não podemos confiar e ter esperança no Senado. É preciso ter luta e mobilização", diz Luiz Carlos Prates, o Mancha, dirigente da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e militante do PSTU.



Mancha esteve em Brasília no último dia 24, juntamente com representantes de outras Centrais Sindicais que se reuniram com presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM). Na reunião, foram expostas as graves consequências da MP 1045.

"Essa MP representa o aprofundamento da Reforma Trabalhista, que acabou com tantos direitos. Ela também abre as portas para a liberação do trabalho escravo, da precarização de direitos da juventude e de todos os trabalhadores. A justificativa de que a MP protegerá os empregos é falsa e tem de ser combatida. É necessário um amplo movimento para denunciar os graves ataques representados por ela", defende Mancha.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3BAGRE3

SAIBA MAIS

Entenda os ataques da MP 1045

Redução de salários e suspensão de contratos: As empresas podem reduzir em 25%, 50% ou 70% os salários dos trabalhadores e trabalhadoras ou suspender contratos de trabalho, por até 120 dias.

- PRIORE: Programa voltado a jovens de 18 a 29 anos que procuram o primeiro emprego com carteira assinada e trabalhadores com mais de 55 anos, que estejam sem vínculo formal há mais de um ano. Os trabalhadores contratados por meio do Priore recebem o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), com valor equivalente ao salário-mínimo/hora, limitado a 11 horas semanais. Não há direito ao pagamento da multa do FGTS em caso de demissão ou seguro-desemprego.

- REQUIP: programa também é voltado para jovens com idade entre 18 e 29 anos, trabalhadores sem registro em carteira há mais de dois anos ou trabalhadores de baixa renda cadastrados em programas de transferência de renda do governo. Por esse programa, a jornada é de até 22 horas semanais, e não há nenhum vínculo ou direito trabalhista. O contratado receberá uma bolsa de R$ 440, sendo metade paga pela empresa e a outra metade pelo governo através do BIQ (Bolsa de Incentivo à Qualificação). Não tem direito a FGTS, 13º salário ou seguro-desemprego. Não há pagamento de férias, apenas direito a um recesso de 30 dias por ano, não remunerado.

- Descaracterização do trabalho escravo: a MP define benefícios como habitação, roupa e outros itens "in natura" como pagamento de salário. Isso abre brecha para descaracterizar um dos elementos que configura o trabalho análogo à escravidão, nas fiscalizações do Ministério do Trabalho.

- Enfraquecimento da fiscalização: estabelece o critério de "dupla visita". A empresa só será autuada na segunda vez em que um auditor visitar a empresa.

- Dificulta acesso à justiça trabalhista: a MP cria várias exigências para caracterizar a hipossuficiência (carência financeira) do trabalhador para ter direito à justiça gratuita. Na prática, dificulta que o trabalhador possa reivindicar seus direitos.

- Reduz as horas extras: reduz o adicional de horas extras para jornadas diferenciadas (para categorias como bancários, operadores de telemarketing e jornalistas, por exemplo) para apenas 20%.

#MARCOTEMPORALNÃO

Marco temporal é o novo nome do genocídio indígena


Maior mobilização indígena ocorre nesse momento em Brasília contra o marco temporal

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

Desde o dia 22 de agosto, o movimento indígena está realizando o maior acampamento de sua história, em Brasília, com a participação de cerca de 6 mil pessoas de 176 povos, para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a rejeitar a tese do marco temporal. Enquanto isso, ruralistas e Bolsonaro fazem uma campanha mentirosa em prol da medida.

O que está em jogo são os direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição, particularmente em seu Artigo 231, que assegura, categoricamente, os "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las".

Agora, para roubar e saquear as terras indígenas, latifundiários e seus aliados defendem outra "interpretação" da lei.

Segundo a tese do marco temporal, os povos indígenas só teriam direito à demarcação de seus territórios nos casos em que tiverem posse comprovada da área reivindicada antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

UMA CAMPANHA SÓRDIDA

Em discurso para produtores de soja em Góias, Bolsonaro já disse que não vai aplicar a decisão do STF, caso a corte rejeite a tese do marco temporal. Também está realizando uma campanha sórdida de mentiras, repetindo a papagaiada de que "tem muita terra pra pouco índio" e de que a demarcação de Terras Indígenas (TIs) vai inviabilizar a expansão da agricultura do país. Tudo mentira, e vamos ver por que.

ENTENDA

Eles querem roubar as terras indígenas

"Tem muita terra para pouco índio", diz Bolsonaro

Pra essa corja, a demarcação de terras indígenas seria um obstáculo ao "desenvolvimento do país". Mas, os verdadeiros latifundiários do Brasil são os inimigos dos indígenas. Eles são donos de 2,5% dos imóveis rurais do país, mas detêm 60% das propriedades rurais cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Só no Mato Grosso do Sul, cerca de 17% dos imóveis rurais possuem 27 milhões de hectares, o equivalente a 80% de toda a área cadastrada do estado pelo Incra. Em muitos estados do agronegócio a situação é semelhante.

Quem são os povos indígenas?

Atualmente o Brasil tem 254 povos indígenas, falantes de cerca de 160 línguas. No total, são 700 mil pessoas vivendo em terras indígenas. Segundo o Censo do IBGE, de 2010, os povos indígenas somam 896.917 pessoas. A estimativa é que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos diferentes, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Daí tem-se alguma dimensão do alcance do genocídio contra esses povos.

Onde está a maior parte das Terras Indígenas (TIs)?

Hoje, 13,8% do território brasileiro é ocupado por TIs. Mais de 98% está na Amazônia Legal (que corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão). Elas servem de obstáculos para a destruição ambiental e sofrem, sempre, uma enorme pressão para a abertura de áreas para a pecuária e a exploração de madeira, minérios e monocultivos.

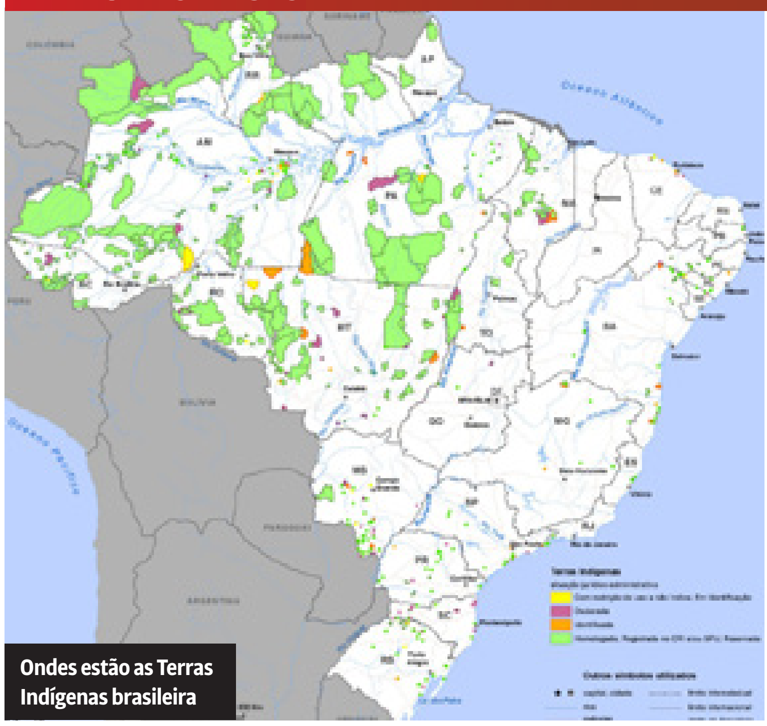
Função ecológica

As Terras Indígenas são importantes para que os índios mantenham seu modo de vida tradicional e para a preservação do meio ambiente. Um quinto de todos os animais e plantas da Amazônia vive dentro das terras indígenas, que retêm 25,5% de todos os estoques de carbono no Brasil. Segundo os dados do MapBiomas, entre 1985-2017 a perda florestal em Terras Indígenas foi de apenas 0,5%. Porém, muitas delas estão cercadas por áreas desmatadas ou por monocultivos (soja, cana-de-açucar etc.) ou pastagens.

45% dos indígenas vivem em 1,6% da TIs

Aproximadamente 45% dos indígenas vivem fora da Amazônia Legal, em meio ao confinamento, muita violência e miséria. Das 298 TIs fora da Amazônia Legal, 146 ainda não tiveram seu processo de reconhecimento finalizado. Essas terras representam somente 1,6% da área total de TIs no Brasil, embora abriguem 45% da população originária em terras indígenas. Essa população luta por suas terras ancestrais, roubadas por grandes fazendeiros ou pela especulação do mercado de terras. Não por acaso, são nessas regiões que acontecem os grandes conflitos por terra.

LATIFÚNDIO É INSACIÁVEL


Ondes estão as Terras Indígenas brasileira

Por que querem roubar mais terras dos indígenas?

O primeiro motivo é que muitas áreas já ocupadas por monocultivos do agronegócio foram criadas sobre terras indígenas, especialmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. Quando você houve na TV um latifundiário falar de boca cheia que é um "produtor", saiba que, na maioria das vezes, ele é um ladrão de terras.

No Sudoeste do Mato Grosso do Sul, por exemplo, os Guarani-Kaiowás foram removidos de suas terras pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), antecessor da Fundação Nacional do Índio (Funai), para que suas terras fossem roubadas pelo latifúndio. Seu território ancestral, hoje, é ocupado por sojeiros e usinas de cana. E as tentativas para retomá-lo são repelidas pelas balas dos pistoleiros.

Outro motivo é abrir a Amazônia como última fronteira da expansão mineral da garimpagem, da indústria madeireira e constituir um novo mercado de terras para o avanço do agronegócio. Isso vai beneficiar meia dúzia de latifundiários, especuladores e madeireiros, provocando um genocídio dos povos originários e uma tragédia ambiental para todo o país.

É preciso lutar com afinco contra o marco temporal dos ruralistas e de Bolsonaro. A boiada não vai passar!

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3ZIG8VW

CRISE HÍDRICA

Apagão de Bolsonaro cada vez mais próximo



LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3YVP8TH

DA REDAÇÃO

Já não bastavam a inflação, o desemprego e a pobreza em alta. Nos próximos meses, o país também está ameaçado de sofrer um apagão elétrico. A situação é gravíssima, conforme os próprios órgãos do setor reconhecem.

Os reservatórios do Sudeste e do Centro-Oeste, que respondem por 70% da geração de energia do país, estão com 22% da capacidade de armazenamento, nível menor que o registrado em agosto de 2001, quando o país enfrentou o famoso apagão do então governo FHC.

O próprio Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão presidido pelo Ministério de Minas e Energia, reconhece que há uma "relevante piora" das condições hídricas no país. Diante da escassez, o governo foi obrigado a acionar as usinas termoelétricas (que geram eletricidade através com a queima de o bagaço de plantas, madeira, óleo combustível ou diesel, gás natural e carvão), para tentar suprir a falta de água nos reservatórios. Já o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê que o sistema pode chegar a 10%, o que é muito grave e representa a perda do controle técnico da geração de energia.

Os dados dos sete reservatórios que abastecem a Grande São Paulo também são reveladores. Eles já trabalham com menos de 50% da capacidade. O Sistema Cantareira opera com 37,9% da capacidade e especialistas temem que até o fim do ano esteja com 20%. A situação é pior do que o mesmo período em 2013, um ano antes da crise hídrica que deixou São Paulo sem água.

GOVERNO SABIA SOBRE A LONGA ESTIAGEM

Tudo isso pode piorar porque as chuvas dos próximos meses (Primavera e Verão) serão menores do que o normal. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (InMet), as chuvas podem se reduzir em até 30% no Centro-Sul-Sudeste. Isso ocorre devido ao fenômeno climático "La Niña", que vai agravar a seca, a crise hídrica e, também, a crise do setor elétrico no país.

Tudo isso já era de pleno conhecimento do governo. Sabia-se, desde o ano passado, que os reservatórios estavam se reduzindo rapidamente, que havia a possibilidade de uma crise energética e, também, das previsões de estiagem para este ano. Mas, absolutamente nada foi feito.

Nos últimos dias, Bolsonaro teve que reconhecer a crise numa "live" e pediu, de forma patética, que cada um de seus seguidores apagasse uma lâmpada. Daqui a pouco, quando a crise estourar, o presidente-genocida vai jogar a culpa da crise na população, falando que o povo gasta muita luz.

"TARIFAÇO, E DAÍ?"

Mas é injusto dizer que o governo não fez nada. Eles aumentaram a conta de luz, que subiu mais de 20,86% em 12 meses; ou seja, mais que o dobro da inflação acumulada no período, que foi de 9,3%. E vai subir ainda mais. A previsão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é que, no ano que vem, o aumento deva chegar a 16,68%. Isto é, tudo vai ficar ainda mais caro com a elevação da tarifa de energia e dos combustíveis.

Mas o governo Bolsonaro não tá nem aí pra população. "Não adianta ficar chorando", disse o Ministro da Economia Paulo Guedes, que, em 25 de agosto, cinicamente perguntou: "Qual seria o problema da energia ficar um pouco mais cara porque choveu menos?".

PRIVATIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Por que chegamos próximos de mais um apagão?



O primeiro nome do problema é "privatização". Hoje, apenas no segmento de geração de energia, cerca de 60% dos ativos estão privatizados. No que se refere à transmissão, 85% das linhas são operadas por empresas privadas.

Nenhum governo nesses últimos anos deu um passo para reverter a privatização do setor e, principalmente, no que se refere a planejar a diversificação da matriz energética do país. Bolsonaro ainda quer ir mais além, privatizando a Eletrobras, responsável pela geração de 30% da energia do Brasil, acabando, assim, de uma vez por todas com a participação do Estado no setor.

A privatização do setor elétrico resulta inevitavelmente em apagões, como aconteceu no final de 2020, no Amapá. Lá, a empresa privada que administra a energia do estado deixou a maior parte das cidades do estado sem energia elétrica por quase 30 dias, simplesmente porque, para diminuir os custos



de sua operação, negligenciou a manutenção dos equipamentos da subestação.

AUMENTO DA DEMANDA E CRISE AMBIENTAL

Em 20 anos, a demanda por energia do país quase dobrou, mas nenhuma empresa privada realizou um importante investimento na produção de energia, pois isso diminui seus lucros. Enquanto isso, os governos do PT jogavam dinheiro nas mãos das empreiteiras para construir a hidrelétrica de Belo Monte, na Bacia do Rio Xingu, no norte do Pará, que é (como foi previsto) um verdadeiro fiasco no que se refere à produção energética. Por isso, Lula e o PT não soltam um pio perante a crise.

Mas se privatização é o nome do problema, "crise ambiental" é o seu sobrenome. A ciência vem demonstrando que houve importantes mudanças climáticas nas últimas décadas, com redução das chuvas durante o período úmido e extensão do período seco. De acordo com a Pesquisa do MapBiomas, divulgada recentemente, desde o início dos anos 1990, houve uma retração de 15,7% da superfície coberta com água no Brasil.

E qual é a causa disto? Cerca de 70% de toda água consumida no país vai para o agronegócio, sobretudo para as monoculturas de exportação, como café, cana-de-açúcar e, com destaque, soja. Segundo a Agência Nacional de Águas, esse consumo vai aumentar em mais de 20% nos próximos dez anos e já vivemos uma situação de estresse hídrico (desequilíbrio entre quantidade de água exigida por uma plantação e a capacidade do solo em supri-la). Além disso, o aquecimento global e o desmatamento da Amazônia (leia ao lado) também podem explicar essa enorme redução.

PARA NÃO FICAR NO ESCURO: CONTROLE DO ESTADO E NOVAS MATRIZES ENERGÉTICAS

A crise hídrica e energética está entrelaçada com as privatizações, a devastação do meio ambiente e as mudanças do clima. É nesse cenário que Bolsonaro quer privatizar a Eletrobras, o que vai significar a perda de controle do Estado sobre a regulação do sistema num momento de crise hídrica. Um absurdo monumental.

Além disso, a privatização do setor impossibilita uma verdadeira e necessária mudança na matriz energética no país, uma vez que hidroelétricas e termoelétricas se tornam cada vez mais obsoletas. A alternativa está na diversificação da produção energética do país, incentivando, sobretudo, o aumento da produção da energia eólica (produzida pelos ventos) e fotovoltaica (solar), que, hoje, garantem meros 7% da energia do país.

Mas apenas o controle pleno do Estado no setor da energia elétrica do país pode garantir a transição energética para fontes renováveis. Do contrário, o país ficará completamente à mercê das empresas privadas internacionais associadas a grupos empresariais brasileiros, que só querem lucrar e apagar o Brasil. Por isso, é preciso lutar contra a privatização da Eletrobras e pela estatização de todo setor elétrico do país.

SAIBA MAIS



O que a crise hídrica tem a ver com a Amazônia?

A crise hídrica também pode estar relacionada ao desmatamento da Amazônia. A devastação deste bioma causa uma diminuição significativa na força da massa Equatorial Continental, uma umidade que é produzida pela própria floresta e, depois, transportada por correntes gigantescas de ventos que correm da Amazônia (chamado de rios voadores) e adentram no Centro Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Com a diminuição da floresta, que está, literalmente, pegando fogo, a massa perdeu sua intensidade, produzindo, já em 2019-2020, uma diminuição nos reservatórios de água e severas estiagens (notem: antes mesmo do fenômeno "La Niña"). Isso já ocorria em 2014, mas ganhou mais força após 2017. Cientistas alertam que o desmatamento de algo em torno de 20% a 30% compromete esse sistema, intensificando a secas no país. Já estamos quase lá.

O APAGÃO VEM AÍ!

Quais são suas causas?



1) Privatização

60% da geração de energia foi privatizada e nenhum governo reverteu isso.

O setor privado não investe em geração de energia para não diminuir seus lucros. A situação vai piorar com a privatização da Eletrobras por Bolsonaro.



2) A destruição do meio ambiente.

O desmatamento na Amazônia diminui os "rios voadores", causando mais secas. O aquecimento global também vem diminuindo as chuvas. Nos últimos 30 anos, a coberta com água no Brasil diminuiu em 15,7%. Tudo isso piora com o fenômeno climático La Niña.

FORA!

Ir às ruas para derrotar o projeto de fome, desemprego e ditadura de Bolsonaro e Mourão



DA REDAÇÃO

Enquanto fechávamos esta edição, Bolsonaro intensificava sua convocação para os atos golpistas no 7 de setembro. "Nunca outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será tão importante quanto esse nosso próximo 7 de setembro", declarou.

Bolsonaro não tem condições de dar, e muito menos consolidar, um golpe no curto prazo. Mas, diante seu enfraquecimento, prepara e ameaça uma tentativa de golpe, buscando apoiar-se num setor minoritário de ultradireita, parte dele armado.

É a resposta do governo à crise cada vez mais profunda em que se encontra. O barco do governo começa a fazer água por muitos lados: sua política genocida de "imunização de rebanho" deixa um rastro de quase 580 mil mortes, em números subnotificados; a crise social e econômica é grave e avança, com a volta da fome e cenas como as de famílias inteiras disputando retalhos de ossos e comida nos lixos; a inflação dispara, principalmente sobre os produtos mais básicos, como os alimentos, e, agora, ganha força nos preços que estão diretamente sob a responsabilidade do governo, como o gás de cozinha, a gasolina e a energia elétrica.

Tudo isso em meio a índices recordes de desemprego, arrocho nos salários, informalidade e precarização crescentes.

É isso que está na base do processo de queda constante de sua popularidade, com a reprovação atingindo inéditos 54%, segundo pesquisa divulgada pela XP/Ipesp. E o apoio caindo para 23%. Desgaste que se reflete nas pesquisas eleitorais, nas quais Bolsonaro perde, em 2022, para todos os principais pré-candidatos.

A perspectiva de perder o poder e, mais que isso, de ir para a cadeia, num futuro cada vez mais próximo, o faz agitar sua base de ultradireita, reforçando o assédio sobre a base das Polícias Militares, a fim de arrebanhar e organizar milícias ao seu favor e para seu projeto de ditadura.

IMPASSE E DIVISÃO ENTRE OS "DE CIMA"

Com o aumento da crise, vai se reforçando entre o setor financeiro e a burguesia a ideia de que o governo Bolsonaro é fonte permanente de instabilidade política no país e, portanto, ruim para os negócios e para a continuidade da aprovação de reformas contra os trabalhadores.

As recentes declarações de setores do agronegócio (principalmente de exportação), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, e de banqueiros expressam esse fracionamento. O malfadado manifesto "em defesa das instituições e da democracia", costurado entre a Fiesp e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), por outro lado, mostra o impasse colocado entre os "de cima".

Ao mesmo tempo em que vai perdendo a paciência com as aventuras golpistas de Bolsonaro, a Faria Lima (o centro nervoso da burguesia paulista) e a Fiesp compartilham da política econômica original de Guedes e Cia., incluindo a boiada com a qual o governo e o Congresso Nacional querem nos atropelar, como a nova Reforma Trabalhista, a Reforma Administrativa e o Marco Temporal, contra as populações indígenas.

A Faria Lima, a Fiesp e a Febraban, assim como os governadores (incluindo os da dita oposição) são favoráveis a passar a boiada quando se trata de arrancar direitos dos trabalhadores e promover privatizações. Ocorre que Bolsonaro começa a ser disfuncional também para a burguesia, porque suas crises políticas recorrentes e o crescimento anêmico da economia estão diminuindo o bolo no geral, e a disputa interburguesa também está se acirrando.

DERROTAR O PLANO GOLPISTA DE BOLSONARO NA LUTA

Não existem, por enquanto, as condições para que Bolsonaro dê um golpe. A crescente divisão da burguesia mostra isso. No entanto, as ameaças golpistas que se acirram na medida em que o governo vai ficando cada vez mais acuado, não podem ser menosprezadas. O genocida ainda conta com uma base relativamente grande e, também, com o apoio de setores das PMs, das Forças Armadas e das milícias

É preciso derrotar Bolsonaro e Mourão nas ruas, juntamente com sua política genocida, de fome, entreguista e, também, seu projeto golpista de ditadura. Para isso, é preciso expressar nas ruas que a maioria do povo rechaça seu governo e suas intenções autoritárias.

Mas, para derrotar seu governo, é preciso que, primeiro, as manifestações continuem, o que só pode ocorrer se tiverem perspectiva de crescer e não de serem desmontadas pela maioria das centrais sindicais e das direções dos partidos majoritários que participam da Campanha Fora Bolsonaro, bem como é preciso que avancemos na preparação de uma Greve Geral, que atinja o bolso dos que o continuam apoiando.

MOBILIZAR

Direções precisam parar de "puxar o freio" e colocar o "Fora Bolsonaro e Mourão" para já

DA REDAÇÃO

A radicalização do discurso de Bolsonaro e a mobilização de uma base com apoio minoritário de massas, em torno de uma pauta golpista, assim como sua política de terra arrasada em relação aos empregos, aos direitos e à soberania, reafirmam a necessidade de se lutar pelo "Fora Bolsonaro e Mourão, já!" e não esperar por 2022. No entanto, não é assim que vêm atuando a oposição e as direções do PT, PCdoB, e a maioria da direção do PSOL, tanto no Congresso Nacional quanto fora dele.

CUMPLICIDADE

No último dia 24, ocorreu mais uma demonstração da política da oposição parlamentar de não fustigar o governo Bolsonaro. Por 55 votos a 10, ou seja, com expressivos votos da oposição (que conta com pelo menos 15 senadores), foi aprovada a recondução do atual Procurador Geral da República (PGR), Augusto Aras, a um novo mandato de dois anos. A PGR é o órgão responsável por oferecer denúncias contra o presidente ao Supremo Tribunal Federal (STF). E Aras se notabilizou exatamente por estar sempre na vanguarda da defesa de Bolsonaro e sua política genocida.

O procurador aprovado pela oposição, incluindo o PT, deixou rolar o morticínio durante a pandemia, tampou os olhos à sucessão de crimes praticados por Bolsonaro, assim como para a corrupção que acontecia durante as tentativas de compras fraudadas de vacinas e, ainda, passa o pano para as ameaças de golpe. Não esconde que é cúmplice do atual governo e que não vai poupar esforços para mantê-lo lá, impune.

COSTURANDO ALIANÇAS COM O QUE HÁ DE PIOR

Lula, por sua vez, faz uma maratona eleitoral pelo Nordeste, reunindo-se com nomes como o senador tucano Tasso Jereissati, Cid Gomes (PDT) e o ex-presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB). Encontrou-se, ainda, com José Sarney, no Maranhão, e com o deputado federal baiano Sargento Isidório (Avante), conhecido inimigo das LGBTIs, além de outras figuras do Centrão.



Ao invés de chamar os trabalhadores e o povo às ruas, enquanto Bolsonaro atiça a extrema-direita, Lula costura uma aliança eleitoral com a burguesia e o que há de pior no Congresso. Seu plano é firmar uma ampla aliança nos estados, que ampare uma Frente Nacional com a burguesia e a direita.

Enquanto isso, a maioria do PSOL segue para juntar-se à frente eleitoral com Lula e seus aliados no primeiro turno, colocando-se a reboque de uma aliança construída na conciliação de classes com banqueiros, grandes empresários e setores do agronegócio.

"PUXANDO O FREIO" DA LUTA E FLERTANDO COM A BURGUESIA

Essa movimentação eleitoral na superestrutura se reflete, no movimento, na desmobilização para os atos contra Bolsonaro por parte das direções majoritárias, indo na contramão do crescente desgaste do governo dentre os "de baixo". Ao mesmo tempo, defendem, além de alianças com a direita, um programa nos marcos do capitalismo. Lula, por exemplo, postou um vídeo, em julho passado, contra a taxação das grandes fortunas, uma medida mínima, defendida até mesmo por alguns bilionários.

Desta forma, assim como pisam no freio das lutas, vão reeditando o mesmo programa capitalista e as mesmas alianças que fizeram com que Lula atacasse, em seu primeiro mandato, a aposentadoria dos servidores públicos, com a Reforma da Previdência. Ou que Dilma confiscasse o PIS-Pasep tão logo foi reeleita, impondo um estelionato eleitoral aos "de baixo".

É preciso o contrário disso: chamar o fortalecimento das mobilizações para derrotar Bolsonaro e qualquer intento golpista, e defender os direitos e as condições de vida dos trabalhadores e do povo.

SAÍDA

A hora do polo socialista e revolucionário



É necessário aumentar a mobilização para botar abaixo Bolsonaro e Mourão, já. Mas precisamos, ainda, avançar na discussão de um programa e de um projeto para o país, independente da burguesia. Um projeto da classe trabalhadora para o Brasil, para defendermos nas lutas e nas eleições.

Um projeto que represente uma alternativa socialista e revolucionária frente às diferentes alternativas que estão se apresentando, seja de unidade com a burguesia defendida pelo PT e por setores majoritários do PSOL, seja da direita "clássica", como o PSDB e o DEM, que trabalham para habilitar uma candidatura de "terceira via".

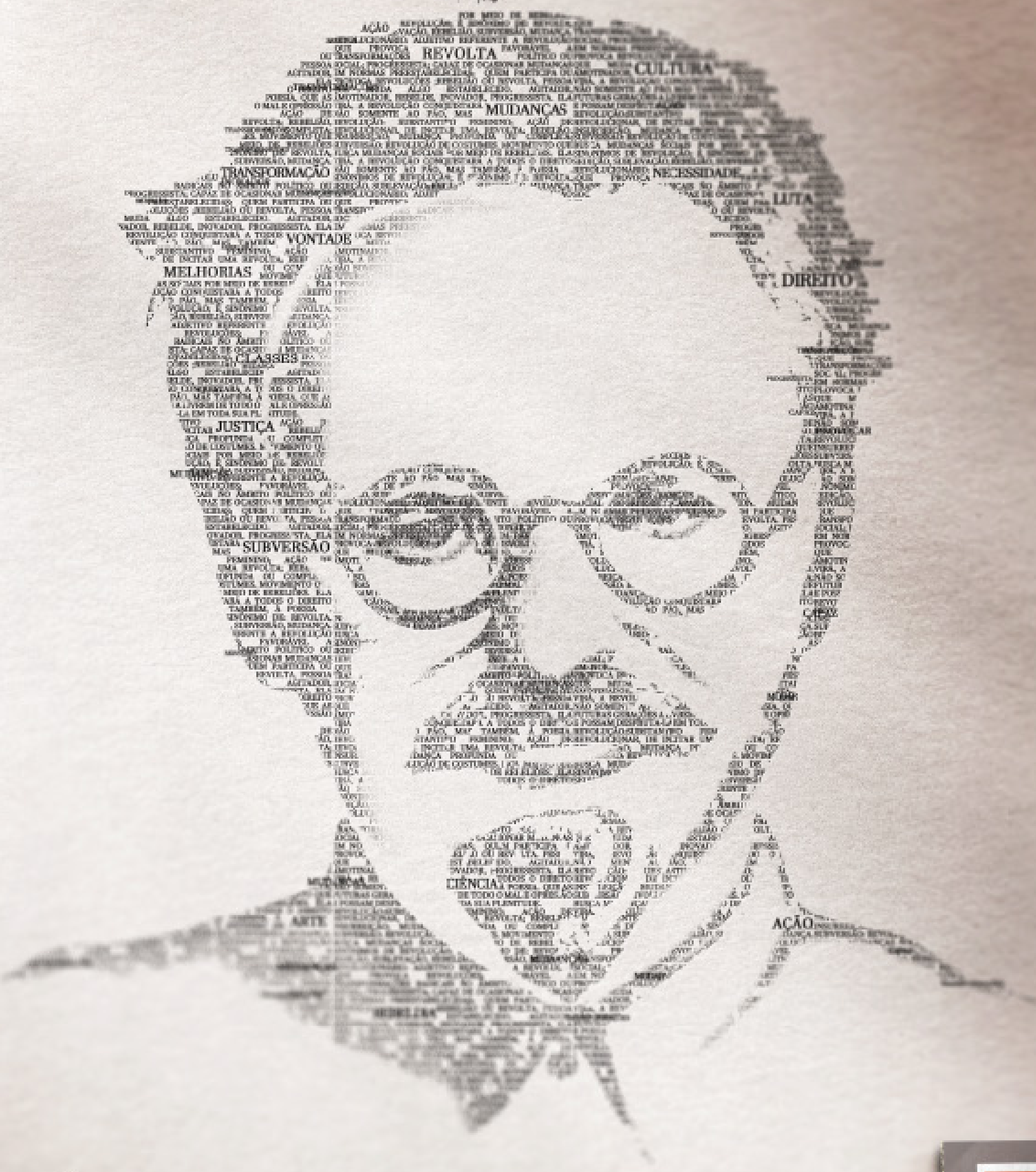
Um projeto que faça com que os ricos paguem pela crise, que proponha medidas que ataquem os lucros e as propriedades dos bilionários; que defenda o fim do pagamento da mal-chamada dívida pública; a estatização sob controle dos trabalhadores do sistema financeiro; a redução da jornada, sem redução dos salários, para combater o desemprego; a revogação da Reforma Trabalhista; a estatização da saúde e da educação privada; assim como o fim das privatizações, com a retomada de todas as empresas entregues, colocando-as sob controle operário.

Sabemos que essas mudanças não virão através das eleições, mas precisamos construir um polo para que possamos avançar na consciência e organização para que os trabalhadores e trabalhadoras venham a governar. O PSTU se coloca como parte desse esforço de não deixar nossa classe a reboque de alternativas burguesas e propor, de fato, uma alternativa que represente uma mudança para os trabalhadores, o povo pobre, as mulheres, as LGBTIs e os negros e negras.

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3YVTK0Z

REVOLUÇÃO:

[é isso que nos move.]



"ELA VIRÁ, A REVOLUÇÃO CONQUISTARÁ A TODOS O DIREITO
NÃO SOMENTE AO PÃO, MAS TAMBÉM, À POESIA."

TROTSKY

EDITORA SUNDERMANN, HÁ 18 ANOS NA LUTA.

REVOLUÇÃO, é isso que nos move!

Em 12 de setembro de 2003, iniciávamos um projeto ousado. A Sundermann nascia como uma editora independente, que tinha o objetivo de contribuir para a formação teórica marxista e para a disputa ideológica, tendo no horizonte a transformação do mundo por meio de uma revolução. E foi isso que nos moveu. Com o *Manifesto comunista*, primeiro título publicado, começava nossa trajetória.

Era essencial que a Sundermann fosse uma editora independente. Assim, entre clássicos e novos autores, fizemos nosso catálogo nas áreas de História, Economia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Artes e Literatura. Também procuramos sempre dar uma atenção especial ao mundo árabe e ao combate às opressões, que figuram hoje em mais de uma dezena de títulos.

Estes dezoito anos reafirmaram com força a importância de seguirmos com nosso projeto. A crise do capitalismo colocou na ordem do dia a necessidade e a urgência da revolução socialista. Pandemia, crise econômica, miséria, genocídios, destruição do planeta: o capitalismo só tem a oferecer a barbárie.

Esse sistema nega à classe trabalhadora o direito ao conhecimento. Não é por acaso que hoje nos chocamos com o obscurantismo de um setor conservador que sequer devia existir.

Nós somos parte do outro lado, daqueles que trabalham para contribuir com a formação da classe trabalhadora e da juventude. E esperamos que dessa formação possa surgir um programa revolucionário que mude o mundo de verdade, que destrua o sistema atual e construa o socialismo. Essa é a única maneira de libertar a humanidade de toda a exploração e opressão e permitir sua verdadeira elevação cultural e intelectual.

O futuro

Não é pouca coisa chegar aos dezoito anos sendo uma editora independente sem grandes recursos e com objetivos tão contrários ao mercado. Acreditamos que é possível dizer que nosso balanço até aqui é bastante positivo.

Com mais de 100 títulos no catálogo, hoje a Sundermann é conhecida e reconhecida entre as editoras políticas e não perde em qualidade para grandes editoras. Participamos de inúmeros eventos e feiras (veja os próximos na página 4).

A editora foi uma das fundadoras do Salão do Livro Político, que acontece todo ano em São Paulo e online. Em 2018, ao completar 15 anos, recebeu da organização do evento uma placa de reconhecimento.

Nas páginas seguintes, você verá o que já foi lançado este ano e o que vem por aí. Em breve você poderá ter em mãos *O capital financeiro hoje*, de François Chesnais, que acompanhou pessoalmente todo o processo e escreveu um prefácio exclusivo para a edição da Sundermann. É leitura obrigatória para quem quer entender melhor a grave crise econômica mundial e por que não há solução para ela de nenhuma forma dentro do capitalismo.

Ainda este ano, teremos dois relançamentos de Trotsky e o inédito em língua portuguesa *Aonde vai a Inglaterra?*. Destacamos também *Comunistas contra Stalin: o massacre de uma geração*, de Pierre Broué, e a coleção do historiador russo e doutor em Filosofia Vadim Rogovin, obras que são duros golpes no stalinismo, também inéditas em língua portuguesa. Essa última, traduzida direto do russo.

Vamos continuar avançando. Nossa missão nunca se cumpre, está em permanente processo. Como disse Trotsky: *"Que os senhores céticos zombem e insultem! A história não foi feita para eles."*

Uma editora TROTSKISTA

Ao longo desses dezoito anos, a Sundermann se tornou a principal editora das obras de Leon Trotsky em língua portuguesa. Em 2017, ano do centenário da Revolução Russa, chegamos ao centésimo título do catálogo com o livro *Minha vida*, do revolucionário russo. Publicamos *História da Revolução Russa*, *Programa de transição*, *Aonde vai a França?*, *Sobre os sindicatos*, *A revolução traída*, entre outros. Este último ganhou uma edição em árabe.

Carregamos esse status com muito orgulho. Trotsky foi a figura mais importante, depois de Lênin, na tomada do poder na Rússia em outubro de 1917. Contudo, não assumimos essa tarefa por culto a Trotsky, mas com o objetivo de restabelecer a verdade histórica. É a obra de Trotsky que conta e mantém viva a verdadeira história da Revolução Russa, uma história que foi usurpada e desfigurada pelo stalinismo.

Isso ganha uma importância ainda maior nos dias atuais, quando o stalinismo quer renascer no contexto da crise do capitalismo mundial, tentando apropriar-se mais uma vez do comunismo, que é o seu oposto. O stalinismo impôs a derrota da revolução à classe operária mundial. Em Trotsky, podemos entender a história e, com seu legado, continuar sua construção rumo ao socialismo.



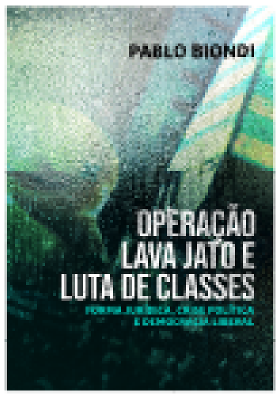
LANÇAMENTOS
JÁ REALIZADOS 2021

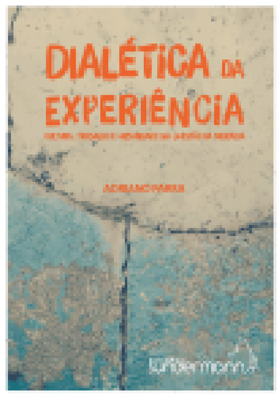




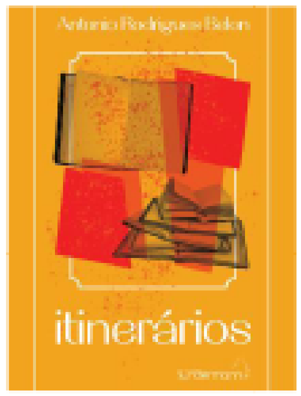




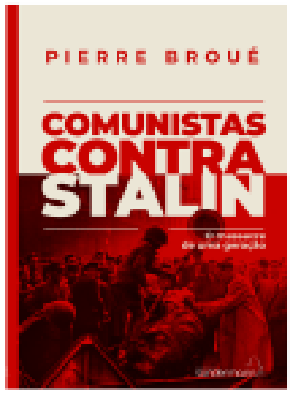


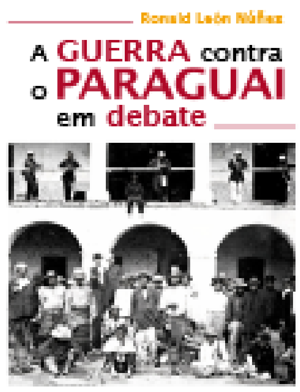


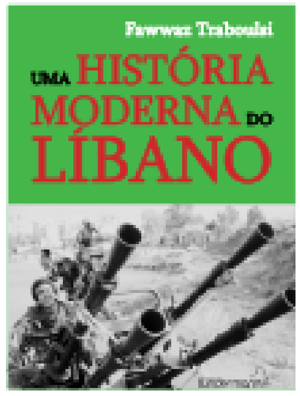




PRÓXIMOS LANÇAMENTOS







O CAPITAL FINANCEIRO HOJE: CORPORAÇÕES E BANCOS NO COLAPSO GLOBAL DURADOURO
FRANÇOIS CHESNAIS
CAPA A DEFINIR

POLÍTICAS DE RAÇA E CLASSE NO BRASIL: UMA CRÍTICA MARXISTA
CLAUDICÉA DURANS
CAPA A DEFINIR

AONDE VAI A INGLATERRA?
LEON TROTSKY
CAPA A DEFINIR



"A revista dedicará especial atenção à tarefa de desvendar e debater aspectos e questões do retrocesso sofrido pela primeira grande revolução proletária da história. Assim, destacará detalhada e documentalmente traços e circunstâncias das perseguições de que foram alvo, entre outros, aqueles que na URSS pretenderam avançar o projeto de revolução permanente e mundial contra a exploração e a opressão."

COLEÇÃO DE
VADIM ROGOVIN

Doutor em Filosofia e professor do Instituto de Sociologia da Academia Russa de Ciências, Vadim Rogovin escreveu, no início dos anos 1990, sua obra máxima: ***Havia Alternativa?***, em sete volumes, dedicada à história da oposição marxista revolucionária ao stalinismo e dedicada às lutas políticas no interior da União Soviética durante as décadas de 1920 e 1930. Todos os volumes estão sendo traduzidos diretamente do russo, e todos são inéditos em língua portuguesa.



SETEMBRO DE LUTA

COMBO TROTSKY



DE R$153 POR

R$100

PRÓXIMOS

EVENTOS

VI Salão do Livro Político

De 24/9 a 3/10 **20% DESC.**

Festa do Livro da USP

Data a definir **50% DESC.**

CARTAZES





MARCA-PÁGINA

SACOLA





CAMISETAS
(A DEFINIR)

Live toda segunda-feira, no Instagram da editora, com mediação de Marina Dias

AO VIVO **SUNDERMANN CONVIDA**

18 ANOS DE EDITORA SUNDERMANN



JORGE BREOGAN
Operário do livro

MARINA DIAS
Mediação



6 SET | 19H00

editorasundermann

EDITORA sundermann

Revolução, é isso que nos move!

WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR

editorasundermann   sundermanneditora

editora 2003-2021
SUNDERMANN

BALANÇO E PERSPECTIVAS

E no terreno da luta contra as opressões, como foram os governos petistas?

EDUARDO DE ALMEIDA (SP) E WILSON HONÓRIO DA SILVA,
DA SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO

Na edição anterior, publicamos um artigo "O que esperar de um possível governo Lula?", discutindo como as enormes expectativas criadas pela chegada do PT ao governo transformaram-se em frustrações, principalmente depois que o relativo crescimento econômico que marcou o primeiro mandado foi soterrado pela recessão mundial de 2007/2009.

Um naufrágio já anunciado em função daquilo que, desde sempre, foi a essência do "modo petista de governar": a conciliação de classes, concretizada através da aliança com os mais diversos setores da burguesia e pela submissão aos interesses do imperialismo, do agronegócio, das grandes empresas e do mercado financeiro.

Aqui, queremos discutir o impacto que isto teve sobre um tema que praticamente se confunde com as origens do PT, mas que, também, submetido à lógica do capital, foi reduzido a concessões pífias ou até mesmo a retrocessos: o combate às opressões.

COM BOLSONARO, NÃO HÁ COMPARAÇÕES POSSÍVEIS

Hoje, sob Bolsonaro, não é de se estranhar que haja quem olhe para o passado com uma certa "nostalgia". O ódio contra Bolsonaro é legítimo, por ser um governo de ultradireita, inimigo dos direitos humanos e defensor descarado de posições machistas, racistas e LGBTfóbicas.

Temos certeza que um governo petista não defendeu e nem defenderia essas posições, típicas dos setores ultraconservadores, fundamentalistas e reacionários. Não achamos que um governo petista vai ter quem defenda o estupro ou defina suas filhas como uma "fraquejada", que afirme que prefere um filho morto a um que seja homossexual, ou que se refira aos indígenas como "quase humanos" e a negros e negras como incorrigivelmente inferiores, como Bolsonaro já declarou.

Mas a luta contra as opressões não se resume a não reproduzi-las. Como também não se limita a declarações de boas intenções. É necessário avançar, através de medidas concretas, em políticas que ataquem suas raízes. E foi exatamente aí que os governos petistas não avançaram, já que não há como combater quaisquer formas de opressão sem se enfrentar com o capitalismo, que as utiliza para aumentar a exploração.

AS DIFERENÇAS E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES CONTINUARAM

A diferença salarial entre mulheres e homens não se reduziu nos governos petistas, mostrando o fracasso da teoria do "empoderamento". Ao contrário, em algumas capitais, aumentou. Em São Paulo, por exemplo, os salários baixaram de 90% para 83,7%. Em Belo Horizonte, de 95,8% para 90%. Em Porto Alegre, de 92,3% para 87%.

Quando Dilma assumiu, existia uma grande expectativa por ser a primeira mulher na presidência. No entanto, tampouco existiram avanços reais. Dilma prometeu entregar 1.500 creches ao ano; mas, em outubro de 2013, com quase três anos de mandato, tinha feito apenas 612.



Crivella foi ministro de Dilma. Em 2019, mandou até recolher HQ dos Vingadores com beijo gay.

Apesar da correta promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, não houve a implementação que era necessária. Menos de 10% dos municípios têm delegacias especializadas e menos de 1% tem casas-abrigo. E a violência seguiu crescendo. Em 2013, depois de dez anos de governos petistas, o Brasil seguia sendo o quinto país no mundo em feminicídios. Em 2012, foram registrados 230% mais estupros que em 2006.



Na construção de sua frente ampla, Lula tira foto com pastor Isidório, inimigo dos LGBTs.

SEM CAPITÃES-DO-MATO, MAS À SOMBRA DA CASA-GRANDE

Seguramente em um novo governo petista não vai haver um canalha racista e capitão-do-mato como Sérgio Camargo. Mas isso não significa que vai haver uma mudança real no racismo. Como dizia Malcolm X, "não há capitalismo sem racismo". E os governos capitalistas do PT foram exemplos lamentáveis disso.

Sob Lula e Dilma, o genocídio da juventude negra não terminou. Ao contrário, aumentou. O "Atlas da Violência", de 2017, revelou, por exemplo, que mais de 500 mil pessoas foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015; sendo 318 mil delas jovens entre 15 e 29 anos. Neste período, de cada 100 vítimas de homicídio, 71 eram negras. E como racismo e machismo caminham juntos, em 2015, também eram negras 65,3% das mulheres assassinadas.

Além disso, "há outro dado que salta aos olhos: enquanto, entre 2005 e 2015, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%, o que significa que, na média nacional, essa diferença contra os negros aumentou 34,7%", como destacamos no artigo "Golpes fatais: o genocídio negro sob os governos petistas", publicado em junho de 2017.

Como também destacado no artigo, "para além do fato de que eram Lula e Dilma que ocupavam o Palácio do Planalto durante toda a década pesquisada, não pode ser tratado como 'coincidência' o fato de que eram petistas e seus aliados que estavam nos governos dos estados (...) onde se localizam as dez cidades com maior número de assassinato no país." Ou seja, onde eram responsáveis diretos pelas Polícias Militares.

Esses números não podem ser menosprezados ou esquecidos. A manutenção e aumento do genocídio negro sob os governos petistas foram resultados diretos de suas alianças com os herdeiros da Casa-Grande, o que significou a manutenção e aprofundamento da exploração e das desigualdades socioeconômicas e, à sombra disto, da opressão, do sofrimento, da violência e da morte.

Além disso, não podemos nos esquecer que foi sob os governos do PT que foi aprovada a famigerada Lei Antidrogas, responsável pelo encarceramento em massa da juventude negra e pobre e pelo aumento do encarceramento feminino, que cresceu 567% entre





Fonte:Mapa da violência 2016

Gráfico do Opinião de 2016 mostrava que aumento do genocídio do povo negro durante os governos o PT

2000 e 2014. Como também, o PT foi cúmplice ativo na completa deformação do chamado Estatuto da Igualdade Racial.

E, se isto não bastasse, até mesmo as pífias concessões a bandeiras históricas dos movimentos negros foram feitas dentro dos limites e da lógica excludentes do capitalismo. Exemplo disto foi o Programa Universidade para Todos, o ProUni, que sob o pretexto de inserir jovens de baixa renda e negros nas universidades, resultou numa tábua de salvação para os tubarões de ensino, através do pagamento das mensalidades e isenção de impostos para instituições de qualidade pra lá de questionável que receberam milhões que poderiam ser utilizados para a expansão das instituições federais.

VIOLÊNCIA E MARGINALIZAÇÃO LGBTFÓBICA NÃO PARARAM DE CRESCER

Também acreditamos que Lula no governo não irá fazer um discurso LGBTfóbico como Bolsonaro. Ma nos últimos dias,quando articulava sua Frente "amplíssima", Lula, em sua passagem pela Bahia, posou abraçado com o deplorável pastor e deputado Sargento Isidório, do Avante, inimigo dos LGBTIs. Isidório, que se considera um "ex-gay", é defensor da "cura gay" e o seu principal projeto no Congresso foi o da criação do "Dia do Hétero".

Mas, se o futuro é sombrio, o passado também está muito distante das cores vibrantes do arco-íris. Em função de seus acordos espúrios com a direita, inclusive com a bancada fundamentalista, mesmo considerando-se os números subnotificados levantados pelo Grupo Gay da Bahia, não há como negar que houve um crescimento da violência LGBTIfóbica sob o PT: no início do primeiro mandato de Lula, 163 LGBTIs eram assassinados anualmente; no final do mandato Dilma e Temer, o número tinha saltado para 445 mortes.

Além disso, principalmente sob Dilma, que mesmo antes de eleita assumiu o compromisso de preservar os "valores da família tradicional" na chamada "Carta ao Povo de Deus", os direitos LGBTIs foram rifados sucessivamente em negociatas que resultaram, por exemplo, no veto a um inofensivo "kit-antihomofobia" que deveria ser distribuído nas escolas e, principalmente, no engavetamento do PLC 122, que criminalizaria os atos de discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Além disso, ao defenderem e aplicarem a fundo os planos neoliberais, assim como aconteceu com negros e mulheres, tanto Lula quanto Dilma em muito contribuíram para manter os LGBTIs à margem da sociedade e dos direitos, jogando gays, lésbicas e, principalmente, transexuais e travestis para o desemprego, o subemprego ou o trabalho precarizado.

LEIA MAIS EM:

GOVERNOS DO PT E A POLÍTICA ECONOMIA

GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NOS GOVERNOS DO PT

ESTRAGOS PERMANENTES

A ilusão do combate à opressão em aliança com a burguesia



Hoje, quando o combate às opressões se faz mais necessário do que nunca, também é preciso localizar nos governos petistas algumas das raízes de enormes problemas e desafios encontrados no interior dos movimentos.

Em primeiro lugar, os governos petistas promoveram uma verdadeira campanha de "cooptação" de ativistas e movimentos para instâncias governamentais, instituições caracterizadas pelas parcerias público-privadas e organizações não-governamentais, cuja própria existência passou a depender de verbas federais ou de fundações privadas. E, como se sabe, "quem paga a banda, escolhe a música". Consequentemente, burocratizadas e institucionalizadas, entidades e suas direções "passaram pano" para as traições do PT ou as apoiaram diretamente, sob a justificativa daquilo que era "possível" conquistar sem colocar em risco a governabilidade.

Isso contribuiu para frear ou criar obstáculos para as mobilizações contra as opressões que, apesar de não nunca cessarem, tiveram muitas vezes que se enfrentar com suas direções tradicionais. Um processo que se combinou com outro ainda mais grave: a "naturalização" da ideia de que é possível conquistar direitos e construir uma sociedade justa, livre e igualitária em aliança com a burguesia e nos limites do capitalismo.

Uma lógica tortuosa que, aliada às teorias pós-modernas e reformistas, tem impulsionado teses como do "empoderamento individual", do "empreendorismo" e da "libertação pelo consumo", todas encontram amparo em variantes do conceito de "racismo estrutural", como teorizado por Silvio de Almeida, em seu livro "O que é racismo estrutural?".

Em suma, para estes setores, o combate ao racismo, à LGBTfobia e ao machismo devem passar pela "luta" para que toda e qualquer instituição (pública ou privada) "que realmente se preocupe" com o combate à opressão, adote políticas internas que visem: "a) promover a igualdade e a diversidade em suas elações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero". (p. 32).

Os resultados desta distorção até mesmo do significado do que é "lutar" e, principalmente, a defesa da ascensão em "posições de prestígio" na sociedade capitalista, têm sido lamentáveis, como o estabelecimento de parcerias com empresas que praticaram atos abomináveis de racismo, como o Carrefour e a Rede Assaí ou a transformação de ativistas negros, como Djamila Ribeiro, em "garotos e garotas-propaganda" da luxuosíssima Prada.

Posturas que não só não têm nada a ver com a maioria dos negros(as), LGBTIs e mulheres, que, hoje, lutam pela sobrevivência em meio à uma crise sanitária e socioeconômica sem precedentes, como, na verdade, distanciam o movimento dos mais marginalizados e oprimidos, apostando, ainda, na perpetuação do capitalismo. E, não por acaso, são estes mesmo setores que se colocam na linha de frente de um novo governo petista em aliança com a burguesia.

Esse caminho só pode levar a um beco sem saída e novas frustrações. Algo que só pode ser evitado com a construção de um projeto de ruptura radical com o capitalismo, que alimenta e se beneficia com as opressões. Por isso, também é tarefa das LGBTIs, dos negros(as) e mulheres construir um polo socialista e revolucionário que, de imediato, lute para a derrubada de Bolsonaro e Mourão. Mas, também, e não só nas eleições, apresente um projeto de sociedade onde os trabalhadores e trabalhadoras governem, respeitando toda a diversidade que compõem nossa classe.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3GROUFF

AFEGÃS

Os “salvadores de mulheres” armaram seu cativeiro há décadas no Afeganistão

SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)



Mulheres afegãs em trajes tradicionais

Desde a retirada do imperialismo estadunidense do Afeganistão ante sua derrota após duas décadas de ocupação, quem acompanha as notícias, no geral, tem a impressão que seria melhor os Estados Unidos não terem deixado o país, já que “salvaram” as mulheres das mãos de bárbaros opressores. O que não só nunca aconteceu, como o imperialismo é diretamente responsável pela dramática situação das mulheres no país asiático, que constituem metade da população de quase 39 milhões. Na disputa geopolítica por um país que é ponte para a circulação de produtos entre Ásia Central e Oriente Médio e fundamental à estabilidade do imperialismo ao controle de localização estratégica, o vale-tudo é a regra.

No geral, a mídia de massas, nas mãos dos grandes capitalistas, limita-se à mesma retórica de “civilização contra a barbárie” usada por todos os ocupantes que por lá passaram desde fins do século XIX – da Grã-Bretanha e ex-União Soviética aos EUA e aliados.

PIADA DE MAU GOSTO

Nessa linha, o imperialismo estadunidense declarara ao mundo que em sua “guerra contra o terror” sua missão era levar democracia, proteger os direitos humanos e salvar as mulheres e meninas. Assim, fez parecer que a vida destas melhorou depois que ocupou o país.

Como resume a Associação Revolucionária de Mulheres Afegãs (Rawa, na sigla em inglês), uma piada. “Nos últimos 20 anos, uma de nossas reivindicações foi o fim da ocupação dos EUA/OTAN e ainda melhor se eles levassem seus fundamentalistas islâmicos e tecnocratas com eles e deixassem nosso povo decidir seu próprio destino. Essa ocupação resultou apenas em derramamento de sangue, destruição e caos. Eles transformaram nosso país no lugar mais corrupto, inseguro, da máfia das drogas e perigoso, especialmente para as mulheres”, vaticina a Rawa em entrevista disponível em seu site, conduzida em 20 de agosto último por Sonali Kolhatkar, codiretora da Missão das Mulheres Afegãs (AWM).



Afegãs durante ditadura do Talibã

Os ditos avanços para as mulheres não passaram de fachada para que EUA e companhia encobrissem seus interesses imperialistas – ao que crimes contra a humanidade abundam, como o bombardeio de aldeias inteiras, deixando milhares de mortos. Para as mulheres, o quadro é trágico. Ao mesmo tempo, o imperialismo estadunidense vinha relocalizando o Taliban nas corruptas estruturas de poder desde pelo menos 2010.

O grupo é fruto do financiamento pelos EUA, Arábia Saudita e Paquistão tanto de escolas religiosas fundamentalistas neste último país – em que se “educaram” os talebans [estudantes] – quanto dos denominados “senhores da guerra” para que lutassem contra a União Soviética (URSS), a qual invadiu o país em 1979 para tentar barrar efeito dominó após a revolução no país vizinho, Irã, no mesmo ano.

PROPAGANDA STALINISTA

Em dez anos de ocupação, a URSS impôs governo despótico que resultou em 1,5 milhão de mortos e 5 milhões de refugiados. Mais uma vez as mulheres estiveram entre as principais vítimas. Uma delas foi Meena Keshwar Kamal, fundadora em 1977 da Rawa, assassinada no Paquistão em 1987, com a cumplicidade do braço local do serviço secreto soviético (KGB).

No período que antecede a invasão da URSS, sob forte influência soviética, houve tentativas de “modernização”, ignorando o modo de vida e cultura locais. Algumas imagens dos anos 1970 mostram mulheres usando minissaias, na propaganda stalinista, que produz mais uma falsificação histórica. Carrega no tom de uma vestimenta semelhante ao que usam “ocidentais” para afirmar que houve avanços às mulheres. Recupera, assim, a chamada obsessão pelo véu, como se representasse por si opressão – o que feministas anticoloniais, para as quais a luta contra a colonização é inseparável da emancipação da mulher, rechaçam categoricamente. O problema é a imposição.

O FUNDAMENTALISMO

Após a saída da URSS em 1989, que deixa o país devastado, o Afeganistão vive um período brutal de guerras civis. Ao fim, o Talibã assume o poder no ano de 1996 e governa o país até a ocupação de 2001. Nesse período, comete uma série de atrocidades. Submete as mulheres a violenta opressão, excluindo-as do espaço público e obrigando-as a usarem a burca, que o Taliban não criou – entre sua etnia pashtun, majoritária no país, já era utilizada, mas por uma minoria de apenas 2% das mulheres. A maioria preferia outro traje típico, mais parecido com o que as indianas usam.

Agora, o fundamentalista Taliban, cuja interpretação da lei islâmica é equivocada, tem afirmado publicamente que aprendeu com seus erros. A Rawa não tem dúvidas de que não mudou e está entre as organizações que lutam pela sua derrubada e por um Afeganistão laico.

A LUTA DAS MULHERES AFEGÃS

“Abaixo o Taliban!”. Foi, portanto, o que grafitaram mulheres nos muros das cidades no Afeganistão logo após o grupo tomar o poder. E saíram às ruas também em protesto.

O movimento feminista no país tem uma tradição de luta e garante que não vai silenciar. A Rawa diz que desta vez o conjunto das mulheres avançou em sua consciência em meio à barbárie imperialista e fundamentalista. E se prepara para mobilizar o povo afegão, que em sua maioria não se vê representado pelo Taliban, nessa nova etapa de luta, agora sem os ocupantes.

Qualquer organização disposta a se mobilizar em solidariedade tem que ouvir primeiro o que estão dizendo, levantando a denúncia contra a estrutura social de classes e o imperialismo. Discurso contrário serve às ocupações, à colonização, que deixam um rastro de devastação, miséria, dor e sofrimento.

LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3DB5UJ3

CAMPINAS

Operários da MRV realizam greve histórica e obtém conquistas

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

Operários da MRV, uma das maiores construtoras do país, localizada em Campinas (SP), realizaram uma greve de 45 dias. O movimento teve início após a construtora apresentar uma proposta rebaixada de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), referente a 2020, com o nome de "bônus", variando entre R$ 30 e R$ 390.

Somente no primeiro trimestre deste ano, a MRV teve um lucro R$ 137 milhões, um aumento de mais de 30% em comparação com o mesmo período do ano passado. A empresa ainda deu R$ 500 milhões ao Atlético Mineiro, para ajudar na contratação do jogador Diego Costa, que vai ganhar um salário mensal de R$ 1,2 milhão.



UM IMPÉRIO ALICERÇADO NA EXPLORAÇÃO

Enquanto isso, os trabalhadores e trabalhadoras de suas obras são submetidos a trabalho análogo à escravidão, como consta em denúncias na justiça trabalhista do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os operários em greve também denunciaram a falta de equipamentos de segurança (EPIs), de papel higiênico e de copo plástico para beber água.

É a custa da exploração dos operários da construção civil que o bolsonarista Rubens Menin, dono da MRV, vem construindo seu império. Ele também é dono de negócios como Urba, Luggo, AHS, Sensia, Banco Inter, da emissora de televisão CNN Brasil e da Rádio Itatiaia.

Mas, foi nos governos do PT que a MRV se espalhou por todo o país, já que a construtora ficou com 70% das obras do programa "Minha Casa Minha Vida". Antes de virar bolsonarista, Rubens Menin financiava as campanhas do PT.

VITÓRIA NA MARRA: A FORÇA DA CLASSE EM MOVIMENTO

Mas este parasita sentiu a força operária. Foi obrigado a negociar, após dias de intransigência, inclusive impondo o corte dos pontos dos 700 operários em greve, e a ceder um valor superior de PLR.

"A greve chamou a atenção pela força, que se expressou na quantidade de dias parados, algo que muitos dirigentes do próprio sindicato diziam nunca ter visto na categoria. A queda de braço com a empresa não foi difícil, mas a garra dos grevistas levou à vitória, tornando-se um exemplo para o conjunto da classe trabalhadora brasileira", avalia Atnágoras Lopes, que é operário da construção civil, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e que acompanhou a greve de perto.

A mobilização arrancou, para além do bônus, uma PLR de R$ 700, referente a 2020; além de R$ 830 de PLR, referente a 2021. Os trabalhadores terão, ainda, pagos 70% dos dias parados, com o restante ressarcido após compensação e estabilidade por 90 dias.

ORGANIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE

"A greve foi um exemplo de luta e combatividade. Um importante ganho em termos da organização dos operários, que avançaram a sua consciência e saíram dispostos a seguir na luta. Mostraram que os de baixo podem derrotar os de cima e conquistar vitórias, entendendo que os inimigos de toda a classe são as grandes empreiteiras, os empresários e os banqueiros, que enriquecem com a nossa miséria", pontua Atnágoras, que também é militante do PSTU.

SÃO PAULO E MINAS GERAIS

Metalúrgicos realizam mobilizações por reajuste salarial e melhores condições de trabalho

Com o slogan "Metalúrgicos na luta por vacina, emprego, direitos e aumento", o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (Sindmetal SJC), filiado à CSP-Conlutas, está na quinta semana de mobilizações da campanha salarial nas fábricas. Até agora, metalúrgicos de 39 empresas já aprovaram a pauta de reivindicações, que, este ano, exige 15% de reajuste salarial e ampliação de direitos.

"Nossa luta é para que os patrões não rebaixem ainda mais o poder de compra da categoria metalúrgica. Os trabalhadores e trabalhadoras passam por inúmeras dificuldades devido à crise social, econômica e sanitária provocada pelo governo Bolsonaro. A inflação dos últimos 12 meses já bate 9,85% e deve ultrapassar 10% no período da data-base (de setembro de 2020 a agosto de 2021), conforme aponta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Por isso, reivindicamos aumento real de salário, já que as indústrias não param de lucrar", afirma Weller Gonçalves, presidente do Sindmetal SJC e militante do PSTU.

Em assembleia geral, realizada na última quarta-feira (25), os metalúrgicos de São José dos Campos e Região aprovaram "aviso de greve" para cinco grupos patronais, que estão querendo reduzir direitos: Sindipeças (fábricas de autopeças), Sindicel (fábricas de fios e cabos elétricos), Fiesp (setor aeronáutico), Sindimaq (indústrias de máquinas) e Sinaees (indústrias de aparelhos elétricos e eletrônicos).

"Nosso sindicato repudia qualquer tentativa de retirada de direitos feita pelos grupos patronais. Nossa luta é por acordos que garantam aumento real e ampliação das cláusulas sociais", diz Weller Gonçalves.



LEIA NO SITE:
HTTPS://BIT.LY/3KNHRMM



CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Em Minas Gerais, os metalúrgicos entregaram a pauta de reivindicações às empresas no último dia 24. No dia seguinte, foi realizado o lançamento da campanha em todas as fábricas, com paralisações e agitações. A campanha salarial é unificada entre todos os sindicatos que formam a Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FSDM-MG), filiada à CSP-Conlutas.

"Estamos exigindo 10% de aumento real, além da reposição da inflação, estabilidade por 12 meses, abono de um salário-mínimo nominal, que a Covid-19 seja reconhecida como doença ocupacional e pela manutenção dos direitos já conquistados", explica Aldiério Florêncio, diretor da FSDM-MG e militante do PSTU.

Os trabalhadores também cobram o gatilho salarial automático, para manter o poder de compra, diante ao aumento da inflação.

"Avaliamos que será uma campanha salarial difícil, mesmo as empresas metalúrgicas tendo lucros recordes, como a Gerdau que, só no segundo trimestre deste ano, teve um lucro líquido de 1.149%, mas querem atacar nossos direitos. Vamos ter que ir para o enfrentamento, com muita luta", ressalta Aldiério.

CORREIOS

Trabalhadores lutam contra a privatização da estatal e em defesa dos direitos

Os trabalhadores dos Correios travam uma dura batalha contra a privatização da estatal e em defesa dos empregos e dos direitos. No dia 18 de agosto, a categoria realizou uma forte paralisação de 24 horas e somou-se aos atos de rua que aconteceram no país pelo "Fora Bolsonaro".

A política de Bolsonaro e do Ministro da Economia Paulo Guedes é avançar na privatização dos Correios, com a votação no Senado. Enquanto isso, o presidente da estatal, o general Floriano Peixoto, impõe uma política de ataques aos direitos dos trabalhadores. A proposta é de reajuste zero nos salários e a aplicação do banco de horas.

"A paralisação que realizamos no dia 18, junto com os servidores públicos, foi importante. Marcou a unidade da classe trabalhadora e o fortalecimento para a árdua luta que estamos travando contra a privatização dos Correios e em defesa dos nossos direitos. No dia da paralisação, a empresa entrou com um pedido de dissídio coletivo junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), suspendeu a mesa de negociação marcada para o dia seguinte. O que demonstra que a política deles é de não negociar e querer impor ataques", destaca Geraldinho Rodrigues, diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect) e militante do PSTU.

Uma audiência de conciliação no TST foi marcada para dia 10 de setembro. "Até lá, vamos seguir mobilizados para barrar as retiradas dos nossos direitos e ampliar nossa luta contra a política de desmonte e privatização dos Correios. Temos que seguir pressionando os senadores, apostar na mobilização direta, preparar uma forte greve e chamar a unidade do conjunto da classe trabalhadora em defesa da nossa estatal", defende Geraldinho.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3KNHRMM



UNIDADE PRA LUTAR

Unir todas as lutas, rumo à greve geral para derrotar Bolsonaro



Frente aos ataques e às ameaças golpistas de Bolsonaro é necessária a unidade de todas as lutas. É preciso unificar todas as mobilizações, paralisações e greves que estão sendo realizadas por diversas categorias, rumo à construção de uma greve geral.

É hora de acelerar as mobilizações, impulsionar ainda mais os atos de rua e, como vem defendendo a CSP-Conlutas, preparar, desde já, uma greve geral que paralise a produção e os setores-chave da economia e coloque Bolsonaro na parede, derrotando seu projeto genocida e autoritário.

Sete de setembro é dia retornar às ruas e fazer ecoar bem forte o grito: "Fora Bolsonaro e Mourão, já! Ditadura nunca mais!"

42 ANOS DA LEI ANISTIA

Torturadores e empresas continuam sem punição

POR MANÉ BAHIA E LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA), DE SÃO PAULO (SP)

O golpe que instaurou, no Brasil, a ditadura militar assassina, em 1964, deixou muitas sequelas, com profundas marcas, até os dias de hoje. Ao longo de 21 anos (ou seja, até 1985), foram centenas de mortos e desaparecidos e milhares de torturados e sequestrados (inclusive crianças!).

Além disso, assistimos ao genocídio dos povos indígenas, que foram dizimados e ao terror e assassinatos de trabalhadores rurais, no campo. Como também a repressão e opressão de setores historicamente marginalizados, como negros, mulheres e LGBTIs. A perseguição também foi cruel e criminosa nas empresas públicas e privadas.

Essa é a verdadeira face da ditadura militar brasileira para trabalhadores e trabalhadoras e para os que se rebelaram contra esse sistema repressor, corrupto e pró-imperialista.

UMA VITÓRIA ARRANCADA NA LUTA, MAS PARCIAL

Anos depois do golpe, João Figueiredo, último presidente da ditadura, se viu obrigado a promulgar a Lei da Anistia, que entrou em vigor em 28 de agosto de 1979. A Anistia foi uma conquista imposta à ditadura militar, acuada pelas mobilizações em defesa das liberdades democráticas, com comitês de anistia se alastrando pelo país; greves de fome em protesto, realizadas pelos presos políticos no Brasil; grandes manifestações e passeatas da juventude, além do início de mobilizações operárias.



Campanha pela Anistia nos anos 70

Milhares de exilados puderam voltar ao Brasil e muitos presos políticos foram libertados. Uma importante vitória, sem dúvida. No entanto, apenas uma vitória parcial. Não foi àquela almejada pelos movimentos, exatamente porque a lei conquistada não garantiu "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita", abrindo uma terrível brecha para que os militares, torturadores e as empresas privadas que financiaram o Golpe de 64 não tenham sido punidos até hoje.

Neste mês de agosto, comemoramos 42 anos da aprovação da lei Anistia. Em um momento em que o governo do Bolsonaro faz constantes ameaças golpistas e autoritários, tenta apagar e reescrever a História, negar as torturas e horrores do regime militar e atacar os anistiados, negando a reparação, é importante resgatar a luta contra a ditadura militar, um dos períodos mais sombrios do país.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/38ULCTP

JUSTIÇA INCOMPLETA

Anistia ficou pela metade

A Comissão da Anistia (CA) foi criada no início dos anos 2000, com objetivo de reparar as vítimas de atos de exceção ocorridos entre 1946 e 1988. Os governos de conciliação de classe do PT pouco avançaram nos julgamentos da Anistia, deixando um legado de mais de 18 mil pessoas que tinham direito à anistia na fila de espera. O governo Temer paralisou e interveio no funcionamento da Comissão, questionando sua autonomia e independência.

No governo de Bolsonaro, a situação piorou muito, com o desferimento de gravíssimos ataques à anistia política, seja pela potencialização de um problema crônico de desmobilização dos recursos e condições para o trabalho da Comissão, seja pela interferência direta do Estado em suas decisões, em aberto desrespeito à autonomia de estado e a credibilidade da Comissão.

Anteriormente, a CA integrava a pasta do Ministério da Justiça; mas, com Bolsonaro, desde janeiro de 2019, passou a fazer parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando da ministra bolsonarista Damares Alves.

Hoje, nos deparamos com um verdadeiro desmonte das políticas públicas criadas para reparação dos crimes da ditadura militar. No início de 2020, foram feitas mudanças na Comissão da Anistia e na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que vêm resultando em vários ataques, como indeferimentos em massas de processos, pendências, não-publicação de ações de revisão ganhas por anistiados, inclusive de militares que se rebelaram no período da ditadura. Anistiandos (candidatos à anistia) ficaram pelo caminho, sem reparação e não se avançou na justiça de transição, sintetizada no lema "Verdade, Memória, Justiça e Reparação."

RESULTADO

Impunidade trouxe mais violência contra o povo pobre

Passadas quatro décadas da sua entrada em vigor, a legislação ainda é alvo de questionamentos da sociedade civil brasileira, que vê no dispositivo uma fonte de impunidade para os agentes da ditadura e uma violação à legislação internacional de direitos.

A Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre 2012 e 2014 e apurou crimes da ditadura, recomendou, em seu relatório final, a revisão do trecho da Lei da Anistia que estendeu o benefício para torturadores e agentes da ditadura.

COMO É EM OUTROS PAÍSES?

Outros países latino-americanos que tiveram ditaduras militares também criaram leis análogas à Lei da Anistia brasileira no processo de reabertura. Em muitos casos, essas iniciativas foram posteriormente barradas pela Justiça ou pelo Legislativo, abrindo espaço para que agentes da ditadura fossem julgados e condenados.


De braços dados com a ditadura, Roberto Marinho e o general Figueredo

É o caso, por exemplo, da Argentina, onde cerca de 200 agentes do regime militar receberam condenações, incluindo todos os presidentes do período. Chile, Uruguai, Peru e El Salvador também puniram ditadores e outros agentes repressores.

ESPAÇO ABERTO PARA AS AMEAÇAS GOLPISTAS DE BOLSONARO

No Brasil, ainda temos outro agravante: o aparato repressivo e as Policias Militares não foram desmantelados, continuam intocáveis e têm se mantido ativos desde o golpe de 1964.

Para piorar, em 2013 a presidente Dilma sancionou a Lei Antiterror, criando o perigoso precedente de utilização da Força Nacional contra as manifestações populares em "ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e em defesa do patrimônio". Precedente esse que, hoje, está sendo utilizado por Bolsonaro para chantagear e justificar o golpe.

A impunidade e os aparatos repressivos são responsáveis pelo aumento da violência contra a classe trabalhadora e contra o povo preto, pobre, oprimido e explorado das periferias, como também pela repressão e criminalização dos movimentos sociais.

FORA BOLSONARO E MOURÃO! DITADURA NUNCA MAIS!

Agora, o governo Bolsonaro, corrupto e genocida, também se aproveitando da impunidade e dessa brecha, elogia torturadores e faz apologia, aberta e escancarada, da ditadura militar. Na prática, estão acabando com a Comissão Anistia e negando todos os pedidos de reparação. Mais do que isto, Bolsonaro está atacando as liberdades democráticas e quer, abertamente, a volta da ditadura, ainda que não tenha força para impor esse novo regime.



DOUTOR GAMA

Um filme necessário sobre o herói negro da liberdade

WILSON HONÓRIO DA SILVA

"Doutor Gama" é, antes de tudo, um filme necessário. Demorou, inclusive. Mas, é extremamente significativo que tenha sido produzido exatamente neste momento da História. Como também não é pouca coisa que a cinebiografia do abolicionista, advogado, jornalista, escritor e militante negro Luiz Gama (1830-1882) tenha ganhado vida pelas mãos do cineasta Jeferson De.



Afinal, além de vários filmes importantes, foi ele que, em 2000, ainda quando era estudante de Cinema escreveu o manifesto "Gênese do Cinema Negro Brasileiro", que fez uma profunda crítica à representação dos negros e negras no cinema brasileiro, e lançou as bases de um movimento "Dogma Feijoada", que aglutinou cineastas negros como Noel Carvalho, Zózimo Bulbul, Daniel Santiago, Billy Castilho e Lilian Solá Santiago.

UMA VOZ PELA LIBERDADE QUE ECOA ATÉ HOJE

A primeira cena do filme é genial. Luiz Gama surge discursando num tribunal: "Se você tivesse a oportunidade de ganhar muito, muito, dinheiro, você teria a coragem de matar a família inteira da pessoa que está sentada, hoje, aqui, do seu lado? Você teria coragem de violentar a esposa dele? (...) De torturá-los, de sufocá-los até a morte? Vocês conseguiriam dormir tranqüilos depois de cometer estes crimes? Porque é isto que vocês estão fazendo. Todos os dias (...). E dormindo como anjinhos.".

Neste momento, Gama já é retratado como um rábula, um advogado sem diploma, já que este direito lhe foi negado pela Faculdade do Largo São Francisco. E a cena representa um julgamento ficcional que serve, no filme, como síntese das muitas defesas que fizeram com que Gama libertasse judicialmente mais de 500 escravizados.



A CONSTRUÇÃO DE UM HERÓI

Quando do lançamento do filme, Jeferson De declarou à imprensa que sua intenção foi, abertamente, contar a história de Gama, traçando "uma trajetória pessoal muito parecida com a de um herói". Uma opção que, mesmo resultando em escolhas passíveis de questionamentos, é, inegavelmente, legítima e necessária, principalmente num país em que livros didáticos, praças e avenidas estão apinhados de nomes de carrascos, ditadores, exploradores e opressores, enquanto aqueles e aquelas que lutaram e deram suas vidas pela liberdade são invisibilizados.

A cena de abertura é sucedida por uma breve passagem pela Salvador de 1840, onde sua mãe, Luiza Mahin, que desaparece na noite, em função de suas atividades rebeldes (sabe-se que ela se envolveu na direção tanto da Revolta dos Malês, em 1835, quanto da Sabinada, em 1837) e o canalha de seu pai, um aristocrata português, supostamente abolicionista, vende o garoto de 10 anos para pagar suas dívidas.

A fase seguinte, nos mostra o jovem escravizado na região de Campinas (SP), onde aprende a ler com a ajuda um jovem estudante de Direito que se hospeda na fazenda; se apaixona por aquela que seria sua companheira durante toda a vida, Claudina Fortunado, e "reconquista" sua liberdade, partindo para São Paulo.

APROVEITANDO "BRECHAS" E QUEBRANDO CORRENTES

O filme, então, se foca na atuação de Gama como rábula, em São Paulo, a partir de 1870. E é preciso dizer que há um viés um tanto "legalista" demais na narrativa desta fase, expresso, inclusive, no título e no formato do clássico "filme de tribunal", característico do cinema norte-americano.

Em suma, pode-se dizer que há uma ênfase demasiada no "Doutor Gama", em detrimento do "Rebelde Gama". E não que isto diminua a importância e mesmo a beleza do filme. Primeiro, porque foi uma opção consciente do diretor, que, também fez questão de ressaltar que "esta não é uma obra definitiva sobre Gama; sua história pode ser, e espero que seja, desdobrada em muitas outras obras."

E, de fato, Gama teceu muitas outras histórias que merecem ser contadas. Muito ainda pode ser dito sobre sua afiadíssima veia poética, seus artigos explosivos, e, acima de tudo, sua atuação na "clandestinidade", principalmente ao lado do advogado e jornalista Antonio Bento (branco que, diga-se de passagem, rompeu radicalmente com sua classe), e à frente do grupo Caifazes, movimento radical, que organizava fugas coletivas de escravizados e os encaminhava para o Quilombo do Jabaquara ou para fora do estado.

Contudo, mesmo focando em sua atuação no Tribunal e na sua luta para colocar as próprias leis de sua época no banco dos réus, o filme não deixa de traçar um panorama da sua luta incansável contra as injustiças, expondo os estupros a que nossas ancestrais eram submetidas, as humilhações de sinhás e sinhôs, que tratavam negros e negras, mesmo quando livres, como seres inferiores a animais.

E filme não se omite no resgate do discurso que respondeu a tudo isto de forma quilombola: "todo escravo que mata o senhor age em legítima defesa", diz Gama na defesa do escravizado que matou o sinhô que estuprava sua mulher. "Porque quando o escravo mata o seu senhor", explica Gama, "não estamos falando de assassinato, não, não senhores, estamos falando de legítima defesa. Não é ódio, não é vingança, não é barbárie, é pura e simples legítima defesa. Um direito de todos.", sentecia.

Uma lição que não pode ser esquecida. Jamais. Por isso, salve, "Doutor Gama"! E que o filme possa inspirar aqueles e aquelas que possam levar para as telas vidas tão importantes e heróicas como as de Dandara, Mahin, João Cândido, Teresa de Benguela e tantos outros e outras.

LEIA NO SITE: HTTPS://BIT.LY/3YBZISP

LEIA TAMBÉM:

"LUIZ GAMA: UM EXEMPLO A SER ETERNIZADO"